

CONTREIRAS PIPA | EDIÇÕES NOVEMBRO



EM DIÁLOGO COM ROBERTO FERNÁNDEZ RETAMAR

Nós não somos “Caliban”

Luís Kandjimbo /*

Quando em 2002, com o artigo publicado na “Luso-Brazilian Review” (Revista Luso-Brasileira) da Universidade de Wisconsin, dos Estados Unidos da América, o sociólogo português Boaventura de Sousa Santos recuperava o par dialéctico de “Prospero-Caliban” para caracterizar o periférico colonialismo português, abordando o tema das identidades e do pós-colonialismo, um debate sobre essas personagens shakespearianas, vinha sendo animado no campo dos estudos literários africanos de língua portuguesa, desde 1989. Em Portugal, Manuel Ferreira e Pires Laranjeira, sucessivamente, participavam na renovação da leitura dos ensaios interpretativos do ensaísta cubano Roberto Fernández Retamar sobre “Caliban”.

Os ecos desse debate pareciam chegar a outras geografias, quando o capítulo do meu livro “Apologia de Kalitangi”, dedicado ao que denomino por descalibanização das literaturas africanas, mereceu a atenção do grande ensaísta e professor nigeriano, Francis Abiola Irele. Em 2009, de regresso aos Estados Unidos da América, já no seu apartamento situado no campus da Universidade de Harvard, enviou uma mensagem apenas alguns dias depois da visita a Angola, comunicando que tinha lido o capítulo e que uma doutoranda iria ocupar-se da sua tradução. O referido capítulo representa um exercício de rejeição categórica do sentido atribuído a “Caliban” – personagem extraída de “The Tempest”, texto dramático de Shakespeare – como símbolo do escritor da África Global. Não voltei a ter notícias da tradução, excepto uma inconsequente referência ao possível título do artigo numa revista de Harvard. Entretanto, o professor Abiola Irele fa-

leceu oito anos depois, tendo eu recebido ainda uma última mensagem sua solicitando uma colaboração, mas já sobre o ensino do português na Universidade Pública de Kwara onde ocupava o posto de Decano na Faculdade de Humanidades, Gestão e Ciências Sociais, na Nigéria. É evidente que ele conhecia a tematização crítica a que se submete a personagem shakespeariana, especialmente na América Latina, em que se destaca o ensaísta e poeta cubano que revisito regularmente, Roberto Fernández Retamar (1930-2019), director da Casa de las Américas, desde 1986 até a data da sua morte.

Foi a partir de finais da década de 80 que comecei a ler Retamar. Após a primeira viagem a Havana em 1979, como repórter da Rádio Nacional de Angola, onde adquiri exemplares de algumas revistas de cinema e literatura, tais como “Cine Cubano” e “Casa de las Américas”, passei a ser um fervoroso leitor seu. Sempre que encontrasse a revista “Casa de las Américas”, com circulação esporádica em Luanda, não hesitava em colocá-la na minha lista de leituras. Ainda conservo o exemplar da “Casa de las Américas”, datado de 1979, alusivo à VI Cimeira dos Não-Alinhados, acontecimento memorável, por ter sido o palco da minha primeira experiência jornalística internacional. Vivia-se, também em Luanda, o “boom” editorial de traduções da literatura latinoamericana.

Retamar e os debates em língua portuguesa

O primeiro ensaio de Roberto Fernández Retamar consagrado à hermenêutica de “Caliban” foi publicado em 1971 e o último em 1999. Mas a primeira referência conotativa à personagem como emblema ficcional, aludindo o homem afro-latinoamericano, ocorreu em

1969, por ocasião de uma palestra proferida durante a semana de Cuba em Grenoble (França), publicada depois na revista cubana Bohemia. “Todo Caliban” é o título da sua inteira obra sobre o tema, comportando cinco ensaios: Caliban, Caliban Revisitado, Caliban en esta Hora de Nuestra América, Caliban Quinientos Años más Tarde, Caliban ante la Antropofagia.

O seu quinto ensaio é publicado dez anos depois da comunicação que apresentei no I Congresso de Escritores de Língua Portuguesa, realizado na Fundação Calouste Gulbenkian, em Março de 1989, na cidade de Lisboa. A minha comunicação – “Para uma descalibanização das literaturas africanas” – tinha suscitado aceso debate com o falecido investigador e escritor português Manuel Ferreira, o primeiro professor de Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Ele contra-argumentou imediatamente. Defendeu o seu ponto de vista, reivindicando a legítima homenagem que prestava às Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. No mesmo dia, tive igualmente o grato prazer de trocar impressões com o também já falecido escritor cabo-verdiano Manuel Lopes, que concordava com a minha tese sobre a necessidade de “descalibanização” do escritor africano.

Conheci pessoalmente o professor Manuel Ferreira no colóquio sobre as Literaturas Africanas de Língua Portuguesa – em que também fui orador –, realizado no Centro Cultural da Fundação Calouste Gulbenkian, em 1984, na cidade de Paris. Ele era um dos organizadores do evento e membro da comissão científica de que fazia parte igualmente Jean-Michel Massa, outro reputado especialista francês. Em Portugal, Manuel Ferreira era uma autoridade, o pioneiro do en-

sino das literaturas africanas em Portugal que tinha publicado uma antologia enciclopédica em três volumes, exclusivamente dedicada às literaturas dos Cinco Países Africanos de Língua Portuguesa com o seguinte título: “No Reino de Caliban”. Mas, quanto a mim, a pertinência do título era questionável e, por isso, motivo para debate. O argumentário de Manuel Ferreira inspirava-se em Retamar e outros defensores desse tropismo. Em contrapartida, os meus argumentos, com fortes preocupações hermenêuticas, baseavam-se nos fundamentos enunciados por Aimé Césaire, um escritor das Antilhas de língua francesa. Hoje digo que o debate deveria ter tido como interlocutor o próprio Roberto Fernández Retamar. O centro do nosso diálogo crítico teria sido a natureza ficcional da personagem e a teoria proposicional da verdade literária, tendo em conta os legados africanos da América Latina e o conceito de África Global. Mas o grande problema é que Retamar nunca se revelou preocupado com o estudo da obra de Shakespeare. Limitou-se simplesmente em glosar a apropriação simbólica da sua personagem.

Personagem ficcional ou pessoal real?

Roberto Fernández Retamar integrava-se na lista dos escritores contemporâneos das Caraíbas e da América Latina, ao lado de George Lamming (1927, Barbados), Aimé Césaire (1913-2008, Martinica). Perante a constelação das personagens – Ariel, Caliban e Próspero – tipificadas em “The Tempest” (A Tempestade), exceptuando Césaire, os dois identificam-se com “Caliban”. George Lamming destaca-se com o livro “The Pleasures of Exile, 1960”, (Os Prazeres do Exílio). Na mesma linha, situa-se um discípulo de Retamar, o filósofo

cubano Félix Valdez que, no seu livro “A Indisciplina de Caliban. Filosofia do Caribe para lá da Academia”, paradoxalmente, faz a apologia de uma “filosofia caribenha” recorrendo aos mesmos tropismos semânticos.

O tropismo de “Caliban” resulta da classificação de uma personagem ficcional à qual são atribuídas propriedades verdadeiras que parecem de igual modo identificar os afro-descendentes da América Latina. É caso para perguntar, se não há diferença entre personagens ficcionais e pessoas reais. Evidenciando a interpretação dominante no mundo ocidental, William Hazlitt (1778-1830), um dos mais importantes críticos literários ingleses do século XIX, entendia que “Caliban”, personagem descrita como “selvagem, rude e meio-demónio”, é geral e justamente considerado uma das obras-primas de Shakespeare. Na Europa, tal interpretação não variou muito ao longo dos tempos, salvo raras excepções.

Retamar e sua comunidade interpretativa

Roberto Fernández Retamar pertence a uma comunidade de intelectuais que faz uso das personagens com que se tece a peça de Shakespeare. Essa comunidade tem os seus precursores, o nicaraguense Ruben Darío e o uruguaio José Enrique Rodó, em finais do século XIX. Mas ganha notoriedade após a Segunda Guerra Mundial. Além dos já referidos, conta com outros autores, entre os quais C.L.R. James (1938) e Frantz Fanon (1952).

Apropriando-se da personagem metafórica, George Lamming operacionaliza o conceito de África Global, ao sublinhar a importância da experiência histórica profunda e singular, vivida por uma determinada comunidade de homens e mulheres cuja presença no mundo estava destinada a transformar os olhos e os ouvidos do mundo e cuja libertação final será contribuição decisiva para toda a humanidade. Mas quando classifica as vitórias dos africanos e afro-descendentes como méritos de “Caliban” não traduz rigorosamente essa experiência partilhada e suas consequências.

O estatuto ficcional de “Caliban” e a recepção que a personagem suscita não mereceram a atenção devida de ensaístas como George Lamming e Roberto Fernández Retamar. Há várias razões para pôr em causa uma interpretação que ignore as propriedades dessa personagem, enquanto fundamento para reivindicação simbólica e sua qualificação como arquétipo. Do ponto de vista ontológico, as suas propriedades nunca poderiam abranger a África Global. Só uma recepção exclusivamente emocional pode conduzir a semelhante empatia. Em nome de uma verdadeira justiça epistémica, torna-se necessário introduzir novas perspectivas críticas suportadas por aquilo a que Paget Henry designou por “Filosofia Afro-Caribenha”, exigindo-se profundas reflexões no plano da Ontologia, Hermenêutica e Ética da Crítica Literária. Em última análise, é imperioso refutar os argumentos que sustentam a apropriação de “Caliban”, esse arquétipo da servidão e correspondentes imagens pejorativas, equívocas e ambíguas.

*Ensaísta e professor universitário

MEMORIAL DR. ANTÓNIO AGOSTINHO NETO

Música e artes plásticas online

O Memorial Dr. António Agostinho Neto está a ajustar toda a sua programação ao meio digital. Isso inclui os concertos musicais, realizados sem plateia, e até a exposição da sua colecção de artes plásticas. Nas redes sociais do MAAN (Youtube, Instagram e Facebook) estão disponibilizados os concertos de Filipe Mukenga e Dino Ferraz e a exposição colectiva de artistas angolanos “Com Os Olhos Secos”



Analtino Santos

Sem plateia, o concerto de Filipe Mukenga foi transmitido ao vivo no dia 30 de Julho na internet, onde continua disponível. Mukenga fez-se acompanhar em palco apenas pelo jovem guitarrista Mário Gomes. Bem próximo do lugar onde repousam os restos mortais do Pai da Nação, Mukenga adaptou e cantou “Poesia Africana”, de autoria, precisamente, de Agostinho Neto. Na abertura brindou os internautas com “Dilombe”, e, da parceria com Filipe Zau, “Mulheres do Golungo Alto”.

O tema “Athu Mu Njila”, conhecido inicialmente na voz de Santos Júnior e agora na de Yola Semedo, foi cantado por Filipe Mukenga, o seu autor, que interpretou ainda “Nvula”, “Lemba”, “Ndiloewa” e “Minha Terra, Terra Minha”. Temas poucos explorados e inéditos da parceria com Zau também foram cantados, como “Simples” e “Quero descanso”. Mukenga surpreendeu vocalizando em lingala “Yó Ngay Na Lingue Yó”, de 1974, e não deixou de fora “Yalta”, muito recorrente nos seus últimos espectáculos.

Para a parte final do concerto, onde o virtuosismo e a qualidade técnica de Mário Gomes não passaram

despercebidos, ficaram temas como o patriótico “Angola no Coração” e o lado Semba de Mukenga evidenciado em “Balabina” e “Eu vi Luanda”. Foi notório um certo nervosismo por parte do artista, que não está habituado a este formato de concerto, assim como da produção, que procurou dar o seu melhor, de acordo com Rigoberto Fialho.

Ainda segundo a nossa fonte, o MAAN teve de cancelar a maioria dos concertos programados para o primeiro semestre deste ano e agora está a “ajustar” os artistas que ficaram por actuar.

Importa salientar que no dia 19 de Julho, Filipe Mukenga foi homenageado no MAAN pela Associação Angolana dos Profissionais e Produtores de Eventos e Cultura.

Filipe Mukenga começou a sua carreira musical ainda criança. Durante a juventude, passou por formações de Rock como os “The Five Kings”, “The Black Stars” e “Os Rocks”. Com o amigo Zé Agostinho, forma o “Duo Missosso” e passa a fazer recolhas do cancionário tradicional angolano. Na sua discografia, encontramos os álbuns “Novo Som”, “Kianda Kianda”, “Mimbu Iami”, “Nós Somos Nós” e “Meu Lado Gumbe”. Desenvolveu vários projectos com o seu parceiro musical Filipe Zau.

Estreia de Dino Ferraz

Dino Ferraz foi o primeiro artista a pisar o palco do MAAN nesta fase da pandemia da Covid-19, precisamente no dia 18 de Junho. A próxima actuação será da Banda Ethno Ngola. Neste momento, nas páginas do MAAN podem ser vistos os concertos de Filipe Mukenga e de Dino Ferraz. Este ano, antes da pandemia, passaram pelo memorial Ângela Ferrão e Pop Show. Os concertos no MAAN são apoiados pela Caixa Artes.

Artista polivalente e multi-instrumentista, com capacidade para interpretar variados estilos, desde o popular ao mais alternativo, Dino Ferraz apresentou no seu concerto temas como “Inocente” e “Minha Amada”, assim como versões de clássicos nacionais. O primeiro single do músico, “Inocente”, foi gravado e lançado em 2019 e tem em preparação um

álbum com a produção de Toty Samed.

Considerado o melhor intérprete de 2015 no Festival da Canção de Luanda, da LAC, com “Saber Amar” de Totó ST, Dino Ferraz foi ainda o melhor compositor e co-produtor da edição de 2018 do referido festival, com a canção “Se Fora Eu”, interpretada por Carla Moreno. Ainda neste ano, participou no festival nacional de música popular “Variante”.

Dino Ferraz Albino, de seu nome completo, é cantor, compositor, intérprete e professor, formado em música na especialidade de Canto Ligeiro Profissional pela Academia Nacional de Artes de Luanda. É membro da União Nacional dos Artistas e Compositores (UNAC) e da Associação de Trovadores de Angola.



Exposição “Com os Olhos Secos”

Nas plataformas digitais do MAAN também é possível ver a exposição “Com os Olhos Secos - Colecção do Memorial Dr. António Agostinho Neto”, que exhibe obras dos artistas plásticos angolanos Cristiano Mangovo, Guilherme Mampuya, Fineza Teta, Álvaro Macieira, Guizef, Paulo Amaral, Maiomona Vua, Albino da Conceição, Zélia Ferreira e Ernesto Airosa.

Inaugurada no dia 14 de Maio, nas plataformas digitais, segundo a organização, o conjunto de obras “surge no âmbito da readaptação funcional do Memorial Dr. António Agostinho Neto às alternativas da cultura digital, no período do Estado de Emergência decretado à raiz da pandemia da Covid-19 e prossegue o objectivo que vem do ano passado, de apresentar outras colecções de arte, privadas ou públicas”.

A Administração do MAAN diz esperar que a exposição “seja o começo de uma colecção de que, no futuro, todos nos possamos orgulhar”.

Ainda de acordo com a nota, feita principalmente de doações, o conjunto de obras expostas “é, em parte, testemunho das diferentes exposições” que foram acolhidas no MAAN desde a sua inauguração a 17 de Setembro de 2012.

Ao contrário das colecções privadas, que, normalmente, reflectem o gosto do coleccionador, e a maneira como elas se relacionam com a produção artística e os criadores do seu tempo, as colecções públicas, como é o caso da Colecção Memorial Dr. António Agostinho Neto, mostram o nível em que se encontravam os artistas, na época em que expuseram as suas obras.

“O SOL NÃO SE ABRE”

Novo livro de Adriano Botelho de Vasconcelos



A movimentação literária, no que a lançamento de livros e outros eventos públicos diz respeito, é uma das vítimas da pandemia da Covid-19. Mas os escritores não pararam de escrever. Prova disso é o novo livro do poeta Adriano Botelho de Vasconcelos, “O Sol Não se Abre”, e os e-books “Escritos de Quarentena” e “Crônicas tão Brancas de Azul”



“Crônicas Tão Brancas de Azul”

Isaquiél Cori

Um acontecimento digno de marcar, seguramente, a agenda mediática nacional, seria o regresso do poeta Adriano Botelho de Vasconcelos à publicação, onze anos depois. Mas as restrições decorrentes do Estado de Calamidade fizeram com que “O Sol Não se Abre”, o novo poemário do escritor, fosse posto em circulação quase na clandestinidade: os poucos exemplares disponíveis estão a ser distribuídos pela União dos Escritores Angolanos de mão em mão.

O livro foi escrito durante o confinamento provocado pela pandemia da Covid-19, tal como o diz o próprio autor: “Escrevi na quarentena e o que eu mais quis foi não sentir o refúgio, não contar os ventiladores e leitos em falta. Em cada verso estão presentes todos os medos, os silêncios, o tempo de pedra, os reencontros, o nosso caos, a filosofia animada pelo Tiba e as esperanças”.

Com 79 páginas, o livro conta com uma edição esmerada, o prefácio assinado por Ana de Sá e o posfácio por Akiz Neto. O poeta brinda o leitor com uma nota introdutória em que explica ao que veio. “‘O Sol Não se Abre’ é um pequeno livro onde tento ser na escrita o que tenho de emoção quando oiço música africana: gosto de entretecer um conjunto de emoções como se não tivessem marcadores, encontrar a filosofia existencial por conta de nossos tropeços e alguma coisa do passado que chamam memória e origem”, diz.

Os poemas de ABV são fruto do estado de quarentena, do confinamento imposto pela pandemia da Covid-19. Mas não se deixam aprisionar pela situação pandémica, fluem para o passado, através da memória, e para o futuro e a intemporalidade, através da imaginação. É um livro, repetimos, cujo lançamento em situação de normalidade constituiria um grande acontecimento literário, cultural e mediático. Isso pela “posição” de ABV no sistema literário an-

golano e pelo valor intrínseco dos poemas contidos no livro.

Outro achado editorial deste tempo de Covid-19 é o livro em formato digital “Crônicas Tão Brancas de Azul (A Idade dos Lados)”, uma colectânea de crônicas de David Gaspar, Dias Neto, Kaz Mufuma e Luefe Khayari. É, mais uma vez, a nova geração a dar cartas, tanto na autoria dos textos como na edição do e-book. Luefe Khayari, o editor, é igualmente responsável pela edição do site Palavra & Arte (www.palavraearte.co.ao), especializado em literatura e arte. As crônicas capturam fragmentos da realidade do dia-a-dia, comentam-nos, desmontam-nos, satirizam-nos; verbalizam a sensação, o ponto de vista, a alegria e a indignação que, porventura, o leitor tem cravado no peito, na mente ou na garganta. Reconhecidamente, o caderno Fim-de-Semana deu à estampa, em edições anteriores, crônicas publicadas nesta colectânea e há-de voltar a fazê-lo quando a oportunidade se propiciar.

“Escritos de Quarentena”

A Edições Handyman, criada em 2018 por estudantes do curso de Língua e Literaturas em Língua Portuguesa da Faculdade de Letras da Universidade Agostinho Neto, com o objectivo de publicar livros electrónicos de cariz literário e científico, pôs em circulação, no formato digital, o livro “Escritos de Quarentena”, uma colectânea de poemas, contos e crônicas de 39 autores da novíssima geração de escritores, exceptuando José Luís Mendonça, João Tala e Cremila Lima. A obra destes três autores goza de uma recepção bastante favorável no seio dos novos escritores, razão pela qual terão sido incluídos tuteladamente na colectânea.

Hélder Simbad e Denise Kangandala já têm livros publicados, sendo os jovens autores (da colectânea) mais

conhecidos do público leitor. Outros como Gonçalves Handyman, Pedro Kamorroto, Ema Nzadi, Satchonga Tchiwale, Garcia Pedro Teleka, Rosa Camolaquenda, Edmira Cariango, Kaz Mufuma, Dias Neto, Kalunga (João Fernando André) e Mabanza Kambaka têm se revelado bastante interventivos, e por isso conhecidos, nas redes sociais, meio muito usado por essa geração de escritores para darem a conhecer fragmentos das suas obras.

Os autores reunidos em “Escritos de Quarentena”, maioritariamente, são estudantes universitários, recém-licenciados e professores. A qualidade dos escritos é, obviamente, bastante variável, mas ficamos com a certeza de que alguns dos futuros grandes escritores angolanos estão na lista que citamos acima.



GILBERTO JÚNIOR, RADIALISTA

Lembranças do “Top dos Mais Queridos”

Gilberto Júnior é uma referência do jornalismo cultural e da Rádio Nacional de Angola, órgão em que trabalhou durante 38 anos. Está reformado desde o ano passado.

Man Gibas, como é tratado pelos mais próximos, apresenta a lucidez de um homem em plena maturidade. Em entrevista ao Jornal de Angola falou da sua experiência como responsável, durante vários anos, do sector cultural da Rádio Nacional. Feitos como a criação do “Top dos Mais Queridos” e do programa “Quintal do Ritmo”, os espectáculos musicais que arrastavam multidões, as iniciativas pioneiras em torno da sistematização do Semba, a paixão pelos arquivos sonoros e o seu último projecto radiofónico – “Ripiti” –, constituíram, entre outros, os tópicos da conversa que a seguir se transcreve

Analtino Santos

Como entra na Rádio Nacional de Angola e como foram os seus primeiros passos nesta casa de rádio?

Eu entro na Rádio Nacional em 1981, através de um concurso público para captação de repórteres, locutores e elaboradores musicais. Éramos mais de 80 candidatos e fui um dos contemplados. Da minha leva fizeram parte jornalistas como João Miguel Neves das Chagas, Paulo Araújo (que nos últimos anos de vida esteve ligado à LAC), Nicolau Araújo, Amadeu Pimentel, Regina Veloso, que foi locutora, Maria Augusta, Eduardo Beny... Foi um grupo muito consistente, já não me lembro de todos os nomes, naturalmente. Primeiro tive uma passagem pela área desportiva, porque, enquanto jovem, fiz muitos cursos: juiz cronometrista de natação, árbitro de andebol e de basquetebol, que exerci nos Jogos da África Central. Tinha uma certa inclinação pelo desporto e fiquei por lá algum tempo. Depois, a senhora Maria Luísa Fançony – para mim uma sumidade, foi uma das minhas professoras na Rádio Escola – achou por bem que deveria sair do desporto e ir para a área de realização de programas. Entrei na área de realização de programas em Dezembro de 1982 e fui colocado no programa “Para Jovens”. Fui o último realizador do mesmo. Rendi a Eremita Carvalho; por lá antes passaram Ladislau Silva, Té Silva e outras figuras do jornalismo daquela

época. O “Para Jovens” é o programa onde surge o “Top dos Mais Queridos”, em 1982.

E, na verdade, como surgiu exactamente o “Top dos Mais Queridos”?

Tudo começou como um concurso de ocasião. O Paulo Araújo, o João Chagas e o Sérgio Carvalho tiveram a ideia de criar um concurso para medir a pulsação da música angolana e, de forma simples, durante três semanas, submetem à votação dos ouvintes. Aconteceu que a Direcção da Rádio aproveitou o concurso juvenil e achou por bem fazer um espectáculo com os vencedores no Dia da Rádio. É assim que o “Top dos Mais Queridos” ganha projecção e na primeira, o primeiro classificado teve 100 ou 90 votos, ainda tenho estes registos comigo. No ano de 1983, eu, já na condição de realizador do “Para Jovens”, decido criar um regulamento com as devidas balizas para o “Top dos Mais Queridos”. E assim fizemos a segunda edição e as seguintes, até 1987, altura em que o programa sai do ar.

E assim foi caminhando o “Top dos Mais Queridos”...

Sim, e com sucesso, ainda na fase inicial. Por exemplo, a Rádio Nacional organizou, na Ilha de Luanda, a “Maratona Musical”, em 1984, tendo como base o “Top dos Mais Queridos”. Chamada “Rádio Festival”, talvez tenha sido a maior realização artística em Angola. Foram 24 horas de música. Como responsável do

“Top” estive a frente desta iniciativa, cujo mentor foi o Guilherme Mogas. Pusemos lá os principais artistas nacionais, e, pela primeira vez em Luanda, houve um grande engarrafamento. Para saíres da ponte da Ilha até a Floresta demoravas três horas, algo que nunca tinha acontecido. Todo mundo queria ir para a Ilha e penso que colocámos lá mais de cem mil pessoas. E ainda convidámos a Leci Brandão, brasileira, e o agrupamento África Negra, de São Tomé e Príncipe, que estava na berra. Tratei os PTA's no Banco Nacional de Angola. Eles deveriam chegar no dia 4 de Outubro, mas não chegaram porque a TAAG cancelou o voo. Chegaram no dia seguinte. Quando eles foram levados para a Ilha não estavam a acreditar no que viam. E até perguntaram: “Mas com esta gente toda, vamos actuar mesmo aqui?”. Foi um grande sucesso. Algo curioso: naquela fase as actividades culturais de massas (populares) eram por conta do MPLA. No processo de preparação, o Roberto de Almeida, então secretário para a Esfera Ideológica, estava ausente do país; chegou uns dias antes do acto. Como o protagonista era da Rádio, ele colocou alguns entraves. Depois de muitas discussões, achou-se uma solução: o discurso de abertura, que não estava previsto, foi feito por Mariano Puku, comissário provincial de Luanda, por orientação do Partido. Era assim que as coisas funcionavam (risos).

Quanto tempo fica no “Top dos Mais Queridos”?

Tive três passagens pelo “Top dos Mais Queridos”. A primeira passagem foi de 1983 a 1987, ou seja, até a sua paralisação. O “Top” fica quase dez anos sem ir ao ar e ressurge em 2001, sob minha alçada. Nesse ano, fizemo-lo em Benguela, com a maior movimentação artística da cidade. Durante duas semanas, estivemos a preparar o acto final com 24 horas de música angolana ao vivo. Lembro-me de um encontro com o falecido governador Dumilde Rangel. Responsável da organização, fui indicado para explicar os detalhes e afirmei que às 18 horas a actividade teria início no largo do Monumental. Ele perguntou: “Às 18 horas de Angola ou de Londres?”. A minha resposta foi: “A Rádio Nacional trabalha em função do tempo”. E assim foi. Fizemos uma grande festa com a Banda Movimento, a Banda Maravilha, os Versáteis, As Gingas do Maculusso, Calabete, Bangão, ou seja, a malta que fazia sucesso a nível nacional esteve em Benguela. Há um colega nosso, José Cabral Sande, que foi director da Rádio Benguela e na altura era o director da Rádio Morena, que no dia seguinte, fazendo o comentário nesta estação privada de rádio, disse o seguinte: “Em Benguela, já vieram figuras como Agostinho Neto, Fidel Castro, mas nunca vimos tanta gente como a que a Rádio Nacional de Angola pôs no Largo Monumental”. Penso que, até hoje, foi a maior enchente em Ben-

guela. O meu terceiro momento foi em 2013; o vencedor foi Matias Damásio e, sinceramente, não gostei desta edição...

Algumas das principais reclamações dos ouvintes são os critérios de selecção dos músicos e os resultados finais do concurso...

Infelizmente, esta é uma verdade. Eu já não podia estar na organização do “Top dos Mais Queridos”. É preciso que seja revisto e actualizado o regulamento.

Havia duas categorias: artista individual e conjuntos?

Até 1985, tínhamos duas categorias: conjuntos e artistas. É assim que outorgávamos os prémios. “Os Kiezos” e os “Jovens do Prenda” venceram por duas vezes, nas quatro primeiras edições. A partir de 1986, decidimos unificar, passando a ter um vencedor único. Em 1986, tivemos o que, na minha opinião, foi o melhor “Top dos Mais Queridos”. O espectáculo de consagração aconteceu no Pavilhão da Cidadela. Levámos 15 mil pessoas para o recinto, coisa que poucas vezes os grupos desportivos conseguiam fazer. Reconheço que este feito ocorreu porque eu controlei a venda dos bilhetes. Nesta edição Pedrito foi o vencedor, com a canção “Realidade” e o segundo classificado foi Carlos Baptista, com “Enquanto Espero”. A diferença foi mínima, mas algo que marca este “Top” é que quase todos os temas tornaram-se sucessos: “Nova Coope-

ração”, dos Jovens do Prenda, “Sessá Mulemba”, dos Meringues, “Tussokana Kiebi”, de Calabete, “Sangu Nguenda”, de Proletário, “Carnaval”, dos SOS e “Maria Fula” dos Facho com Segura Show. Todas essas músicas estão aí, até hoje.

Mas este “Top” foi muito contestado. Alguns dizem que, sendo a letra da música de autoria de uma funcionária da RNA, isso foi determinante para a vitória do Pedrito. Isto é verdade?

Estou em condições de dizer-lhe o seguinte: quem controlava os votos era eu, e, pessoalmente, pensava que o Carlos Baptista seria o vencedor. Só que na contagem o Pedrito teve mais votos. Cheguei a dizer que isso traria problemas. A directora Maria Luísa disse que não haveria alteração, porque os resultados apurados foram aqueles, sem qualquer possibilidade de alteração. Havia uma envolvimento total da população, e, no final das contas, muitos bateram palmas, mas não votaram. Este foi o grande problema e sinto que continuou a ser nas últimas edições. Muitos reclamam mas não votam. Por exemplo, noto que os jovens votam em peso e os artistas e seus seguidores fazem uma espécie de campanha.

Naquele tempo os cupons eram recortados do Jornal de Angola...

Ai que saudades desta e outras coisas engraçadas que aconteciam. Por exemplo, ainda nesta edição, Os Jovens do Prenda estavam a ensaiar

a “Nova Cooperação”, num estúdio na zona da Gajajeira. Lembro que fui pedir o título da música, porque tinha de a incluir no cupom e eles estavam com dificuldade em terminar. Mas a música já estava quase toda ela feita e, lá com a malha característica, fecharam. Depois perguntei ao Zé Keno o título para constar do cupom a publicar no Jornal de Angola. Ele olhou para mim e disse que ainda não tinham o título. Pedi-lhe que explicasse o conteúdo da composição e ele resumiu afirmando que abordava a cooperação, então eu sugeri e ficou: “Nova Cooperação”. Podemos dizer: letra de Zé Keno e título de Gilberto Júnior...

Ainda pegando nos cupons, houve um “Top” em que grande parte deles foi levado para os quartéis...

Sim. Foi uma forma de agradecermos por todo o esforço que as FAPLA, na altura, faziam, porque o país estava em guerra e havia a brigada artística das FAPLA. Nesse ano José Kafala tinha ganhado o Festival da Canção Política. De trova militar. É preciso que se reconheça que a voz dele surgiu com uma certa potência, não estando ao alcance de qualquer um. A música com que ganhou o “Top” foi “Tuaze-diuala”. Foi feita uma selecção de músicos, com o Moreira Filho no baixo e o Mário Garnacho nas teclas e fez-se uma grande música. O Zé Kafala depois ficou nosso colaborador, participou em muitas gravações nossas.

Então, olhando para o contexto político-militar, a direcção do “Top” achou que era importante que um militar ganhasse e inclinou o campo?

Não posso dizer isto, o Zé Kafala ganhou porque teve mais votos. Houve um certo direccionamento em levar os cupons para os quartéis, mas os militares não foram os únicos. Os estudantes e os jovens votaram em peso, naquela fase a trova tinha peso. Por outra, os militares fizeram o serviço de casa, talvez foram orientados. Mas uma grande verdade: não houve reclamações como acontece hoje, que há sempre alvoroço em torno de quem vence o “Top dos Mais Queridos”. Naquela altura não houve nada disso.

Depois temos um outro militar como vencedor...

Sim, o Jacinto Tchipa. Houve unanimidade e venceu por duas vezes. É importante também frisar que o Tchipa teve como suporte Eduardo Paim, líder da banda juvenil S.O.S. É curioso que Tchipa vem de trás. Antes passou pelo “1º de Agosto”, grupo da Segurança do Estado, onde o Kintino da “Banda Movimento” era o solista, foi do “África Show” do Kinito Tambor de Fogo, do “Interpalanca” do Matididi e do “Maringas”. Mas a verdade é que o seu apogeu aconteceu com Eduardo Paim, que fez a instrumentalização toda. Na altura o Paim era funcionário da RNA.

“Quintal do Ritmo” e os mujimbo

EDIÇÕES NOVEMBRO



E como nasceu o programa “Quintal do Ritmo”?

Foi um processo. O “Para Jovens” mudou de nome para “Hora Viva”. A Direcção criou a Redacção Cultural da RNA e fui colocado como primeiro chefe desta área, mas antes disto, enquanto realizador do “Para Jovens”, já era o chefe da Redacção Social, isto aos 22 anos de idade. Todos os programas sociais estavam sob minha responsabilidade. Foi com esta estrutura que em 1987 foi criado o programa “Quintal do Ritmo”. É importante que se diga que o “Quintal do Ritmo”, felizmente, tinha uma grande equipa e não sei se a Rádio Nacional voltará a ter uma equipa como aquela. Fizeram parte do projecto: eu, como chefe da Redacção Cultural e realizador, os jornalistas João Chagas, Silva Júnior, Paulo Araújo e Amadeu Pimentel, sob coordenação de Maria Luísa Fançony, então directora de programas e uma das principais impulsionadoras. Destaco aqui o João Chagas. Ele merece porque era quem dava voz às nossas ideias. Um homem de cultura, um apresentador que vinha do teatro, já era um jovem muito engajado no associativismo estudantil no Salvador Correia e com uma cultura geral muito sólida.

Que avaliação faz hoje do programa “Quintal do Ritmo”?

Está na mó de baixo e descaracterizado, tanto assim que hoje não o acompanho. Há muitas ofertas neste espaço, que vão ao encontro daquilo que nós gostamos. Por exemplo, o meu amigo Mariano de Almeida também faz um programa desse tipo. É bom que haja diversidade.

Quais foram os feitos

marcantes do “Quintal do Ritmo”?

Nos primeiros cinco anos da sua existência o “Quintal do Ritmo” fez furor no seio do grande público, da classe artística, das instituições e entidades que lidavam com o fenómeno musical. Transformou-se, em determinados momentos, na principal atracção da programação da RNA. A extinta revista Tveja, da TPA, edição de Maio de 1988, na página “Gente Nossa”, dizia: “Quintal do Ritmo é um programa da RNA que não só fala, como tem dado que falar!”. Dentre outros méritos, “Quintal do Ritmo” em muito contribuiu para o esbatimento de clichés como o uso e abuso de temas panfletários nas composições musicais. “Quintal do Ritmo” foi o farol para o regresso às emissões de rádio da música de David Zé, Artur Nunes e Urbano de Castro, proscritas entre 1977 e 1988. Por sua iniciativa, a Direcção da empresa teve de solicitar a devida autorização ao MPLA (na altura partido único).

O programa conseguiu arregimentar um reconhecido naipe de colaboradores, como o escritor, etno-musicólogo e maestro Jorge Macedo, o Dr. Manuel Gomes dos Santos (antigo presidente da UNAC), o músico, compositor e escriba Belmiro Carlos, o radialista Artur Arriscado, os jornalistas Américo Gonçalves, Aguiar dos Santos, Reginaldo Silva, Carlos Ferreira, Mário Paiva, Alexandre Gourgel, dentre outros. Nós realizamos o “Concurso da Maior e Melhor Discoteca de Música Angolana”. Foi possível, pela primeira vez em Angola, aferir com factos, qual o volume de discos e autores editados ao fim de quatro décadas. “Quintal do Ritmo” foi pioneiro na realização de sessões auditivas e tertúlias musicais abrangentes, por exemplo, com definições sobre o Semba e suas origens.

Na época, aos sábados, ninguém gostava de perder as rubricas “Mujimbo” e “Plágio”...

Sim e até houve o caso do Dom

Caetano, meu grande amigo, que foi despoletado por um ouvinte. O “Som Angolano” na altura era um grande sucesso e ouvir “Sou angolano de história, com cinco séculos de glória” mexia com todos nós e penso que ainda o faz. Eu levei o Dom Caetano à casa do meu falecido tio Pedro Bonzela Franco, grande passista de outro tempo, que foi inserido no tema, com os mais-velhos Mateus Pelé do Zangado, Adão Simão, Jack Rumba, Joana Perna Mbuko e Didi da Mãe Preta. Com o impacto deste tema, surgiam convites para que o Dom cantasse e os mais-velhos dançassem. E eu tive que intermediar, porque o meu tio não era muito a favor destas coisas de ir dançar com outros.

E quanto ao “Mujimbo”?

Tem graça que, em determinado período, o programa “Quintal do Ritmo” passou a ser chamado, pelos artistas, “Mujimbo”. Com isto, o nosso programa passou a ser o mais famoso da Rádio durante anos. Os artistas evitavam fazer determinadas coisas com medo de serem expostos no programa. Reconheço que foi uma boa fase.

Fala de uma época de muita criatividade na produção de conteúdos culturais na rádio nacional de Angola...

Sim. Quando foi criada, a Redacção Cultural tinha uma actividade quase idêntica à da área desportiva, que fazia os relatos de futebol. Tínhamos uma preponderância tal e qual. Fazíamos transmissões em directo, entrevistávamos figuras, por exemplo, fomos à casa do Próprio Nini para contar histórias do Bairro Operário, do declamador Gabriel Leitão para ouvir depoimentos... Hoje falta isto na produção jornalística da Rádio Nacional de Angola.

Na altura, criámos momentos únicos, como o “Balaio das Letras”, onde os escritores e poetas tinham o seu espaço, tínhamos o programa de “Cabinda ao Cunene”, que, duas vezes por semana, abordava Angola em termos de hábitos, usos e costumes, o “Machimbombo das 10”, que era emitido das 10 às 12 horas, de segunda a sexta-feira, para falar de música e outras coisas, e, claro o “Quintal do Ritmo”. Os escritores e jornalistas José Luís Mendonça, Álvaro Macieira e Jimmy Rufino faziam, igualmente, parte da lista de colaboradores residentes da Redacção Cultural da RNA. O “Poeira no Quintal” creio que surgiu nos finais dos anos 90 e início dos anos 2000.

Falando de música angolana é incontornável mencionar o Semba e a Kizomba. Gostaria que desse a sua apreciação. Por exemplo, na Kizomba não se pode “esquivar” de Eduardo Paim...

Tem muito que se lhe diga. Mas saiba que, para mim, a influência do Zouk é muito acentuada. No passado, nós tínhamos a Rumba de Angola e o Merengue angolano... Agora chega-se a esta fase e chamam, ao Zouk, Kizomba. Há muita Kizomba que, na verdade, é autêntico Zouk angolano. Olhando para a produção, a única diferença em relação às músicas antilhanas é o facto de serem cantadas em português e com histórias angolanas. O Eduardo Paim foi funcionário da Rádio Nacional e, nesta condição, produziu vários temas, como os do Jacinto Tchipa. Fez outras coisas. Foi nesta condição, de funcionário da RNA, que Mito Gaspar, então jornalista da RNA na Huíla e chefe do sector de programas, quando vem gravar o “Man Polé”, foi encaminhado por mim ao Eduardo Paim.

“Tenho um vasto acervo de música angolana”

Tem uma grande preocupação com os arquivos. Fale um pouco do acervo da sua casa, a Rádio Nacional?

Sim, tenho esta paixão. Tenho um vasto acervo de música angolana, quer em discos quer noutros registos e não sei se existem mais pessoas com este tipo de material. Modéstia à parte, actualmente tenho dúvidas se há alguém lá dentro que conheça o arquivo da Rádio Nacional de Angola melhor do que eu. Os outros seguramente estão fora. Olha que existe ainda muito material no arquivo histórico da Rádio Nacional de Angola que não tem tido o devido cuidado e tratamento, pois não lhe é dada a devida atenção. E eu falo isto com propriedade, porque conheço e pus lá muita matéria durante anos. Hoje vais lá e para identificar algo tens muita dificuldade. O arquivo histórico da Rádio Nacional de Angola é o arquivo sonoro do país, ninguém mais tem e hoje não se dá muita importância a isso. Aquilo foi alvo de uma inundação e não

se quantificou o que se perdeu. Podíamos encontrar discursos da altura da Independência, de Nito Alves... Está tudo lá ou devia lá estar. Não estão a dar a devida importância. Olha que muitos de nós já não estamos na Rádio.

A importância do arquivo da RNA foi reconhecida pelo malogrado Manu Dibango, numa das últimas visitas que fez aos estúdios da RNA...

Sim. Ainda me lembro da sua primeira visita. Quando lhe apresentámos várias músicas ele qualificou “Atu Mujila”, na voz de Santos Júnior, como um dos grandes temas angolanos. Ele achava que essa música respeitava os cânones da elaboração musical. Penso que, pelo passar do tempo e das mudanças sucessivas de direcção, muitas coisas se vão perdendo.

Foi isso que o motivou a realizar a rubrica “Ripiti”, no programa “Poeira no Quintal”, nos seus últimos anos de RNA?

A minha intenção era reavivar algumas coisas e ia a busca de temas dos arquivos. São acima de 12.000 músicas com histórias e poucas vezes se faz recurso a elas. São poucas as pessoas que conhecem aquilo. Eu tive a vantagem de ter estado na RNA desde 1982, até a data da minha aposentação, a sorte de ser chefe da Redacção Cultural e ter acompanhado a melhor fase de produção da música angolana no período pós-independência e ter constatado, vivenciado e participado nessa fase. Reconheço que tenho esta vantagem e aquilo está lá.

O “Ripiti” permitiu que a nova geração tomasse contacto com espectáculos musicais históricos...

Sim e foram iniciativas minhas. Por exemplo, aquele registo dos primeiros espectáculos dos “Merengues” com Ruy Mingas, Carlos Lamartine, Tonito, Fausto, o português, e outros artistas. Na verdade, este documento não fazia parte dos arquivos da Rádio Nacional de Angola, este material

foi confiado ao Artur Neves e, quando surgiu o “Ripiti”, ele chamou-me para ouvir e, pelo interesse histórico e serviço público, decidimos colocar no ar. Passamos o espectáculo de apresentação do “Instrumental 1º de Maio”, com Carlos Burity falando da sua fase de músico de intervenção e da canção que lhe foi dada pela mãe do Zé Keno; o espectáculo de homenagem ao Liceu Vieira Dias; as primeiras edições do “Top dos Mais Queridos”, algumas edições da série de espectáculos “Bom Fim-de-Semana”... Foram muitos momentos e registos históricos, que devem ser revisitados.

“Ripiti” marca os últimos três anos de Gilberto Júnior na Rádio, quando brindava os ouvintes com grandes revelações da música e história sócio-cultural angolana. Infelizmente saiu de uma forma inesperada. Quais foram as reais razões?

Que seja claro, eu saí da Rádio e não adianta citar as razões.

Poderia lá estar até hoje, na altura a Direcção não fez uma proposta para dar sequência ao “Ripiti”, não houve esta preocupação e até hoje as pessoas cobram-me pelo “Ripiti”. Penso que os conteúdos culturais não fazem parte das prioridades, não lhes é dado o devido tratamento, nem atenção. Fui director da Rádio Huambo durante oito anos. Lá estampeei na parede: “Se tocas dez músicas, oito devem ser angolanas; se cinco, quatro têm de ser nacionais”.

Com esta bagagem toda, de que forma gostaria de continuar a dar o seu contributo?

Um dos meus objectivos é contribuir para a elaboração da história da música angolana, difusão dos géneros musicais, divulgação de instrumentos, discussão sobre a inserção desses na música moderna, a produção musical e sua qualidade, crítica a espectáculos, debates, divulgação de notícias, dentre outras questões.



A VIDA NÃO PÁRA

Contrair matrimónio em tempo de pandemia

As restrições causadas pela Covid-19 tornaram tudo mais complicado. Mas os casais apaixonados aproveitam as pequenas aberturas do desconfinamento para formalizar o tão aguardado casamento. É caso para dizer que o amor, realmente, superam barreiras

Arcângela Rodrigues

Desolado, na incerteza de realizar o seu casamento, face à pandemia da Covid-19, André Florinda, 34 anos, não escondia a preocupação pela possibilidade de, mais uma vez, desistir da consumação do acto.

O evento, inicialmente marcado para o ano passado, não se concretizou, por causa da sogra que padecia de problemas de saúde. Logo, foi remarcado para o mês de Junho. Mas, com o aumento de casos da Covid-19, que levou o Executivo a declarar Estado de Emergência, André Florinda e a sua companheira estavam apreensivos. O casal estava disposto a esperar o tempo que fosse necessário para a consumação do matrimónio, pois, no dizer dele, “a vida é o bem mais precioso, que a todo custo deve ser protegido”. Ambos decidiram-

se a esperar o tempo que fosse necessário para a consumação do matrimónio.

Felizmente, não tiveram de esperar muito tempo, pois o Executivo, no quadro do desconfinamento, viria a anunciar a reabertura de vários serviços públicos, embora com restrições.

Como contou o noivo, o padrinho não concordou com um possível novo adiamento do casamento, uma vez que, no seu entendimento, os indicadores da pandemia são instáveis e sem fim à vista. André Florinda afirmou que depois de muito diálogo, acataram os conselhos do padrinho e avançaram com os preparativos.

Foi assim que a sua companheira se dirigiu até à conservatória do registo civil do Kifika, a fim de se informar sobre a possibilidade de remarcas a data e as medidas que deviam ser observadas. E, finalmente, no dia 19

de Junho, os jovens contraíram o matrimónio, na presença de apenas 10 pessoas. “Para o casal foi uma autêntica dor de cabeça seleccionar os convidados”, explicou André Florinda.

Quando os noivos chegaram à conservatória, a entrada estava cheia de amigos, irmãos de igreja e familiares. Todos queriam assistir à cerimónia. A confusão se instalou. O padrinho permitiu a entrada de apenas quatro pessoas na sala, duas de cada lado. As demais tiveram de esperar fora.

André Florinda contou que o casamento civil culminou com a realização de um almoço em casa dos padrinhos, com apenas 15 convidados. As fotos de lembrança foram tiradas no estabelecimento Bela Vista, em Viana. Durante dois dias, o casal viveu a lua-de-mel em casa.

“Não sei onde a minha esposa tirou tanta criatividade.

Nunca vi coisa igual, estava tudo bonito. Pétalas espalhadas por todos os cantos do quarto. Na cama balões com os dizeres ‘Te amo’ e ‘Amor’. E, através de um aplicativo que ela tem no telefone, consegui iluminar o quarto. Entre outros enfeites”, confidenciou o noivo.

“Não foi o casamento dos nossos sonhos, este esperamos realizar aquando da cerimónia religiosa, prevista para este ano, no mês de Novembro”, contou André Florinda, enfatizando que o casamento religioso será o momento para a tão desejada festa, para reunir toda a família, amigos e irmãos de igreja. E se as coisas em Novembro não estiverem favoráveis, vão realizar o evento noutra altura, até porque o salão de festa e os respectivos serviços já estão pagos. As famílias repartiram as despesas, de forma a aliviar os encargos e ninguém ficar sobrecarregado.

EDIÇÕES NOVEMBRO



Fruto da persistência

PAULO MULAZA | EDIÇÕES NOVEMBRO

Evelina António, 30 anos, disse à reportagem do *Jornal de Angola* que, apesar da situação de pandemia, nunca cogitou adiar o seu casamento. “Não foi fácil chegar até este momento. Com persistência, tudo se realizou”, disse ela.

A jovem confessou que tinha idealizado um casamento com todos os detalhes, desde a cerimónia na conservatória, a realização da festa, a entrega de brindes... Para sua pouca sorte não pôde concretizar o que idealizou. Por isso, aguarda pelo casamento religioso para dar largas ao projecto sonhado.

Evelina António explicou que a festa de casamento estava avaliada em mais de seis milhões de kwanzas.

Lembrou que “foi tudo muito estranho, entrar para a conservatória com um número tão reduzido de acompanhantes, com máscara na cara e sem poder receber um abraço”.

Mas realçou que depois da cerimónia, o conservador autorizou o casal a retirar as máscaras e a beijar-se.

O salão de festa já estava pago, mas foi possível obter o reembolso. Ela disse que após a cerimónia civil, as irmãs ofereceram aos noivos um almoço em casa dos pais. A madrinha encarregou-se da compra do vestido e de outros acessórios. Durante

cinco horas conseguiram reunir um total de 20 pessoas, num ambiente de muita alegria e confraternização. Evelina António revelou que a lua-de-mel aconteceu conforme tinham idealizado: estiveram a sós durante dois dias num hotel cujo nome não quis revelar.

Transmissão online

Stélvio Manuel e Júlia Manuel contraíram o matrimónio no dia 2 do mês passado, na primeira conservatória do registo civil de Luanda, localizada na zona do Kinaxixi. O jovem contou que por causa da pandemia a esposa pensava em desistir, mas ele convenceu-a a não proceder desta forma.

Um total de 12 pessoas participou do evento e quem não esteve presente assistiu em directo, através da plataforma digital Skype. A actividade terminou com a realização de um almoço em casa dos padrinhos.

O salão de festa e os serviços associados já estão pagos e o casal pensa usufruir do mesmo por ocasião do casamento religioso, caso a situação da pandemia seja ultrapassada e as grandes festas sejam permitidas.

Júlia Manuel confessou estar feliz pela realização do casamento, ao mesmo tempo que disse “carregar uma tristeza”, por não realizar a festa tal como planeou.



Restrições para garantir a segurança

A conservadora da primeira conservatória do registo civil de Luanda, Ester dos Santos, informou que os casamentos começaram a ser realizados no segundo período do Estado de Emergência, com algumas restrições, sendo permitida apenas a presença do conservador, dos nubentes e das testemunhas.

Ester dos Santos deu a conhecer que desde então, até meados do mês de Julho, foram realizados 96 casamentos e receberam, em média diária, sete processos de casamento, de segunda a quinta-feira, entre as 8 e às 13 horas.

Acrescentou que alguns utentes têm solicitado o adiamento do matrimónio por causa das restrições que são impostas. Para os actos de casamento, existem na primeira conservatória duas salas, sendo que só uma está a funcionar, “por oferecer melhores condições”. Isto é, está melhor adaptada à pandemia da Covid-19: na mesma é possível trabalhar sem usar o ar-condicionado, mantendo as portas abertas.

Os casamentos são realizados rotineiramente de segunda a quinta-feira, entre as 8 e as 12 horas. Nada impede que possam ser celebrados noutros dias. Tudo depende da solicitação dos utentes.

Segundo Ester dos Santos, desde que passou a vigorar a Situação de Calamidade, alguns casamentos passaram a ser realizados fora da conservatória, desde que respeitadas as regras definidas

pela Direcção Nacional dos Registos e Notariados, que orienta a realização do evento em espaço aberto, a medição da temperatura de todos os presentes logo à porta e o uso obrigatório de máscaras, quer pelos noivos, quer pelos convidados. A lotação do espaço deve ser de 50 por cento e os conservadores, antes de realizarem o acto, devem aferir se as referidas condições estão criadas.

Ester dos Santos explicou que os utentes podem agendar a entrada dos processos do casamento através da linha telefónica de apoio criada pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. “É um processo novo em que todos estão a se adaptar”, disse. Para o acesso à instituição, está assegurada a medição da temperatura, o uso obrigatório da máscara e a desinfecção das mãos com álcool em gel.

Ester dos Santos fez saber que é permitido um total de 11 pessoas para assistir à cerimónia de casamento dentro da conservatória, “mas vários são os familiares que insistem em desrespeitar a regra, situação que tem dificultado o trabalho”.

A conservadora encoraja os utentes a usarem os diferentes aplicativos digitais, para fazerem imagens em directo e permitir que os ausentes possam assistir à cerimónia. A nossa fonte informou que todas as áreas estão a funcionar, desde a emissão de certidões de casamento, boletins de óbito e outros serviços.





TURISTAS DESAPARECERAM

Panguila, quem te viu e quem te vê

As vendedoras de refeições nas barracas da zona turística do Panguila, município do Dande, província do Bengo, estão a viver momentos de angústia. A pandemia da Covid-19 está a afugentar os clientes

Pedro Bica | Panguila

Em busca de solução, várias vendedoras estão a diversificar o negócio, passando à venda ambulante de peixe na zona dos Ramitos, em Viana e nos arredores da vila piscatória de Cacucaco.

A humilde região turística do Panguila localiza-se mais acima de Kifangondo, na rota Norte da Estrada Nacional 100, para quem se faz à estrada a caminho de Caxito e da província do Uíje.

As dezenas de barracas de comes e bebes lá perfiladas acolhiam clientes de vários estratos sociais. O lazer, o sossego e a degustação de pratos típicos faziam a delícia dos forasteiros.

A sua localização geográfica é privilegiada, com estradas totalmente asfaltadas e que, por isso, em tempos de normalidade, registam grandes movimentações de pessoas e viaturas, proporcionando oportunidades de negócios.

Matilde Miguel Lopes, vendedora nas barracas de cacusso do Panguila, admitiu à reportagem do *Jornal de Angola* que está a viver momentos difíceis. “Já não temos dinheiro para continuar

com este negócio, que não rende mais como antes. Oxalá, quando esta doença passar, as autoridades nos possam ajudar com microcréditos”, disse.

A feirante, com alguma nostalgia, revelou que teve benefícios notáveis, vendendo no Panguila, pois, em média, chegava a obter lucros diários entre 100 mil e 150 mil kwanzas.

Construídas, na sua maioria, em blocos de cimento, rebocadas, pintadas e cobertas de chapas de zinco, as barracas eram disputadas pela clientela que procurava por locais calmos onde pudesse deliciar-se com a gastronomia, em que despontava o cacusso grelhado na hora, regado com vinho tinto ou um bom maruwo.

Concretamente, o prato que atraía tanta gente de Luanda era composto por cinco minúsculos cacussos, feijão de óleo de palma, banana, mandioca e molho de cebola e limão.

“Figura de marca”

Fernanda André Santos, a “tia Nanda”, no local é “uma figura de marca”, isso porque, como ela própria assegurou ao *Jornal de Angola*, o seu

porte físico “impõe autoridade e respeito aos clientes e colegas das vendas”.

Aos 52 anos, a “tia Nanda”, como prefere ser chamada, lamenta a falta de clientes. Mas mantém a fé em dias melhores. “Há 22 anos a vender aqui, ainda na altura em que as barracas eram de chapas, sem chão cimentado, nunca tivemos uma situação como esta, em que tudo parou”, lembrou, assegurando que está a pensar regressar à sua actividade anterior, a venda ambulante de pescado nas zonas de Viana ou nos arredores da vila de Cacucaco.

A cada resposta às questões colocadas, a “tia Nanda” respondia sempre com um sorriso nos lábios, como se fosse uma velha conhecida do repórter, o que tornava a conversa descontraída e agradável. “Meu filho, não tenho nada a esconder. Nós ganhámos mesmo dinheiro a vender cacusso aqui. E dava sim para viver e pagar os salários das trabalhadoras e as propinas dos nossos filhos”, confessou.

Bela António, igualmente vendedora, reiterou que a pandemia da Covid-19 fez desaparecer a clientela de

Luanda, precisamente a que mais procurava pelos serviços prestados nas barracas do Panguila, sobretudo aos finais de semana e feriados.

Moradora do Zango, Bela António lamenta que, nos dias de hoje, apenas se consegue vender um a três pratos de mufete. Reclamou que, actualmente, os poucos clientes, que vão aparecendo “dia sim, dia não”, obrigam as feirantes a baixar os preços, o que torna o negócio ainda menos lucrativo.

“O prato de mufete custa 2.500 kwanzas e o cliente pode baixar até 1.500. Como não queremos ficar sem vender, regra geral, cedemos, meu pai, para não ficarmos sem levar nada para casa”, disse.

Com o semblante carregado de tristeza e pouco conversadora, Bela António explicou que a maior parte do dinheiro que ganha serve para pagar a corrida de táxi, “porque os taxistas resolveram fazer rotas curtas”.

Revelou que algumas das suas colegas optaram por vender peixe fresco na zona do Mundial, no município de Belas, em Luanda, onde “a procura satisfaz e dá algum lucro”.

Potencial

Caldeirão rico em tradições culturais

A região do Panguila é rica em tradições e festas populares, sendo um verdadeiro caldeirão cultural, que combina, de maneira singular, os hábitos e costumes das populações oriundas das várias regiões de Angola e de Cabo Verde.

Além da gastronomia, a música e a orla marítima do Sarico são algumas das atrações desta zona turística, que abriga também belezas naturais como as lagoas cobertas de vegetação nativa.

A vila turística do Panguila é composta pelas zonas do Sarico, Panguila Velho e Panguila Novo.

A par das barracas de comes e bebes disputam pela

atenção dos turistas as hospedarias, um hotel, padarias, lanchonetes, pequenos armazéns, cantinas, recauchutagens... Quase todos os bancos comerciais que operam em Angola possuem balcões na localidade.

A província do Bengo, em geral, é uma região de grande interesse turístico devido ao seu potencial, que lhe permite oferecer uma variedade significativa de lazer, sossego, turismo de observação, cultural, de sol, de caça, mundo rural, agro-turismo e desportivo. A sua riqueza multifacetada compreende ainda as reservas florestais, lagoas, rios, praias e ruínas de edificações do tempo colonial.

